

## 2

### O Japão do Pós-guerra: 1945-1991

#### 2.1.

##### O Devido Lugar do Japão

Nessa seção busco apresentar os conceitos importantes e peculiares do Japão no que tange a suas doutrinas geopolíticas, bem como sua ascensão enquanto ator internacional de importância mundial ainda no início do século XX. Apresento uma descrição sobre idéias particulares do Japão como a “ética das escolhas” e suas conseqüências para as opções políticas tomadas pelos líderes japoneses até a o fim da Guerra do Pacífico em 1945.

O Japão era um país fechado ao mundo antes da chegada do Comodoro Perry ao país. Esse militar norte-americano lá chegou em 1853 com sua frota e tinha um propósito claro: abrir ou mesmo forçar o Japão a abrir-se para o comércio internacional (BRADLEY, 2003, p. 26). A chegada do Comodoro Perry marcou o início de uma nova era no Japão, uma era de modernidade quebrando o isolacionismo japonês que durara mais de duzentos anos.

Essa mudança política do Japão se caracterizou pelo retorno do poder ao imperador, marcando assim, o fim da era feudal dos Tokugawa. Em 1868 esse processo de mudança tomou grandes dimensões no Japão, pois se transformou em um projeto de Estado conhecido como “Restauração Meiji”. (BEASLEY, 1999, p. 199) Os propósitos da nova geração de líderes militares japoneses com experiência nas técnicas ocidentais de guerra eram claros: estabelecer uma segurança capaz de intimidar qualquer nação ocidental, modernização rápida e reconhecimento internacional. O lema preponderante era o de “Espírito japonês e Tecnologia Ocidental” (BESSHO, 1999, p. 14).

Faz-se necessário lembrar que esses propósitos não foram abandonados em épocas posteriores e foram marcantes até o final da Segunda Guerra Mundial. (BEASLEY, 1999, p. 145) (BESSHO, 1999, p. 14). As rápidas transformações em curso no Japão no início do século XX contribuíram para a ascensão rápida do Japão ao posto de potência militar, principalmente após a vitória contra a Rússia em 1905. A idéia de que somente um país rico com um exército forte poderia ser respeitado pelas nações ocidentais foi importante para a continuação da política de expansão militar mantida por Tóquio.

A política externa adotada pelo Japão foi a militarista e a segurança do Estado passou a tomar um lugar de destaque inequívoco na agenda do governo (BEASLEY, 1987, p. 59). As primeiras ações agressivas japonesas contra a China em 1894 basearam-se na constatação de que o Japão, sendo um país insular pequeno, é carente de recursos naturais e, portanto, vulnerável às ameaças externas.

O pensamento geopolítico que embasava as ações militares japonesas na Ásia Oriental entre o final do século XIX e início do século XX enfocava a necessidade de preservar a garantia ao acesso aos recursos naturais escassez no território japonês. A teoria geopolítica em destaque para o período militarista do Japão até 1945, foi a “Teoria dos Anéis Geopolíticos” que levou o Japão a criar três anéis imaginários em torno de seu território (TOSTA, 1984, p. 56).

O primeiro anel representava a zona exclusiva de segurança do Japão; o segundo, alcançando a China e a Península Coreana, representava a garantia dos recursos naturais e o terceiro anel, avançando até o Sudeste Asiático, era a zona de influência do Japão, onde este ator não aceitaria a interferência externa de outras nações (TOSTA, 1984, p. 56).

Além da Teoria dos Anéis, há um outro ponto importante a ser lembrado para explicar essa expansão japonesa na primeira metade do século XX e foi o que a antropóloga norte-americana Ruth Benedict chamou de o “devido lugar do Japão”. A idéia principal norteando o “devido lugar do

Japão” era a exaltação da nação japonesa, ou seja, a defesa de um lugar proeminente no cenário internacional condizente com a capacidade do povo japonês de levar a cabo seus projetos de uma grande nação.

De acordo com Ruth Benedict (1997, p. 42) esse pensamento popular era apoiado em outra crença popular japonesa de entender as relações internacionais sob uma ótica idêntica a dos assuntos domésticos, ou seja, inseridos em uma hierarquia onde o Japão deveria estar dentre os postos mais altos, algo dissonante para pensamento ocidental, notadamente o norte-americano. Essa dissonância foi recordada pela antropóloga norte-americana.

A confiança na ordem e hierarquia dos japoneses e a nossa fé (nós, norte-americanos) na liberdade e na igualdade situam-se a pólos de distância [...] os japoneses apreciam todo problema das relações internacionais em termos de hierarquia, assim como apreciam seus problemas internos sob a mesma luz (BENEDICT, 1997, p. 43).

Se analisarmos esses fatos da história do Japão como as guerras contra a China (1894) e Rússia (1904) e os aspectos culturais citados por Ruth Benedict, chegaremos a uma conclusão preliminar: uma guerra entre Japão e Estados Unidos tornar-se-ia iminente. Seguindo às teorias geopolíticas do poder naval elaboradas pelo Almirante Alfred Mahan, qualquer analista militar poderia afirmar que o Japão havia escolhido o mesmo caminho que os EUA para levar a cabo sua ascensão como potência mundial, ou seja, predominância naval no Pacífico e influência estratégica sobre a China, Península Coreana e ilhas da Oceania. (TOSTA, 1984, p. 39-40).

As teorias geopolíticas seguidas pelos dois países coincidiam em zonas de influência e objetivos. Era de se esperar que fatalmente entrariam em atrito no momento de suas efetivações. Após o ataque japonês a esquadra norte-americana em Pearl Harbor em 1941 a história da Segunda Guerra Mundial tomaria um outro rumo. A Guerra do Pacífico foi uma das mais violentas da história contemporânea, o Japão finalmente se rende de forma incondicional, assinando a declaração de rendição no dia 2 de Setembro de 1945, a bordo do Couraçado *USS Missouri*.

Nessa nova situação de país derrotado e ocupado após o conflito, como reagiria o Japão? Por mais que parecesse improvável, o Japão mostrou que o imprevisível aos olhos dos aliados era previsível aos olhos japoneses. Houve uma adaptação rápida a condição de país derrotado, sem revoluções ou motins contra os norte-americanos. A adaptação foi instantânea porque o imperador Hiroito orientou seu povo a agir desta forma e o caráter sagrado do imperador, restaurado em 1868, prevaleceu sobre a insurgência. Essa orientação do imperador explica mais que as explosões nucleares em Hiroshima e Nagasaki. Apesar de esse último fato ter, obviamente, influenciado essa decisão.

Para entender a cooperação japonesa é preciso compreender a ética japonesa e o modo pelo qual o povo japonês faz suas escolhas. Vale, novamente, recordar o estudo de Ruth Benedict nesse ponto:

A verdadeira força do Japão (...) reside em sua capacidade de dizer a respeito de determinada rota de ação 'esta falhou' e, em seguida, lançar energias em outros canais. (...) A ética japonesa é uma ética de alternativas. Não é absoluta como tantas ocidentais. Não precisam os japoneses confessar culpa ou reconhecer que perderam seus direitos com a derrota. Bastava buscar outro caminho. (BENEDICT, 1997, p. 255)

Essa força do Japão em não deixar que a derrota significasse a obliteração do país significou muito e é fundamental para explicar os sucessos desse país em uma nova reorientação política que vigora até os dias de hoje, alicerçadas em uma aliança político-militar com os EUA. Em outras palavras, os japoneses souberam escolher um outro caminho e o sofrimento experimentado pelo povo japonês fará dessa nova posição do Japão uma base forte para os anos da Guerra Fria.

Nesse novo cenário, o Japão não somente saberá aproveitar os espaços para sua nova inserção como também pautará sua política externa em uma aliança com os EUA que, depois da guerra, passaria a ocupar lugar central em todos os assuntos da agenda japonesa (SCALPINO, 1989, p. 298).

## 2.2.

### O Ressurgimento da Potência

Nesta seção busco apresentar o caminho percorrido pelo Japão entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o período que marca o fim da Guerra Fria. O destaque vai para o alinhamento com os norte-americanos e pela recuperação da economia japonesa orientada pela “Doutrina Yoshida” durante a década de 1950 e as primeiras críticas enfrentadas pelo Japão referentes a sua atuação na área da segurança internacional desde a década de 1970.

Depois da guerra o Japão passou por um período de ocupação que durou sete anos (1945-1952) sob o comando dos EUA. A Força de Ocupação foi liderada pelo General Douglas MacArthur e seus principais objetivos eram promover reformas políticas e econômicas visando retirar qualquer influência militarista sobre as instituições japonesas, dentre as reformas destaca-se a elaboração do novo texto constitucional, que serviu como orientação primaz para a nova organização do governo japonês. (BEASLEY, 1999: 231) Nesse período aquilo que a antropóloga Ruth Benedict chamou de o “devido lugar”<sup>1</sup> foi alcançado de forma plena através do primeiro-ministro Yoshida Shigueru.

Com a sua estrutura econômica destruída após os conflitos da Segunda Guerra Mundial, o Japão não detinha nem condições materiais tampouco autonomia para empreender uma política própria para a área de segurança. Coube ao governo Yoshida estimular o consenso na sociedade japonesa para unir o país em torno desse novo objetivo: Recuperação da economia do país, sem grandes preocupações militares (GREEN, 1997, p. 72).

Os norte-americanos precisavam igualmente de um forte aliado na Ásia Oriental para construir um equilíbrio com a União Soviética. Em 1951 o Japão readquiriu sua soberania por meio do Tratado de Paz de São

---

<sup>1</sup> Neste caso refere-se a um lugar de destaque que o Japão deveria ocupar entre as nações. A opção pelo foco política econômica foi a preferida uma vez que as questões de segurança do território japonês durante os anos 1950 e 1960 foram fortemente colocadas sob responsabilidade dos EUA.

Francisco<sup>2</sup> e reafirmou seu interesse de continuar aliado dos EUA por meio do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA. Esses compromissos serão as maiores garantias de segurança ao Japão durante a Guerra Fria.

O propósito inicial dos EUA era fazer da Ásia Oriental um local onde seus interesses poderiam ser garantidos através de um ator regional suficientemente forte para deter à ameaça comunista. Para tanto, pensaram na China para desempenhar esse papel. Contudo, Chiang Kai-shek, o líder que os norte-americanos esperavam chegar ao poder para unificar a China, estava sendo derrotado pelos comunistas (BEASLEY, 1999, p. 233).

Os norte-americanos passaram então a reconsiderar a forma de estabelecer esse equilíbrio. A China atrasada e fraca foi descartada e a idéia de um Japão desmilitarizado foi repensada (MOCHIZUKI, 1997, p. 17). Nascia neste momento um novo papel para o Japão no ambiente de segurança, ou seja, o de representar uma democracia moderna e preparada para reerguer a economia regional.

Esse alinhamento com o ocidente foi importante para um país que teve que praticamente reconstruir sua economia das cinzas. O isolamento do pré-guerra seria um suicídio político e o Japão também não tinha mais esse desejo. Com o início Guerra da Coreia (1950-1953), o Japão passa a desempenhar um papel mais ativo fornecendo apoio logístico aos EUA. Os investimentos norte-americanos se voltaram para o Japão que se tornou o maior apoiador logístico das tropas norte-americanas. Os investimentos norte-americanos tiveram um forte impacto no ressurgimento da indústria japonesa. A Guerra da Coreia, desse modo, acelerou a recuperação da economia japonesa (GREEN, 1997, p. 51).

Após o término das hostilidades na Península Coreana, a política externa japonesa se voltou para as trocas comerciais com países democráticos com a intenção de ligar a imagem e os interesses do país aos do bloco ocidental em um contexto de Guerra Fria. Para isso, o Japão optou

---

<sup>2</sup> “Tratado de Paz com o Japão” Disponível em < <http://www.global-alliance.net/SFPT/SanFranciscoPeaceTreaty1951.htm> >. Acesso em 21 de Julho de 2007.

por participar mais ativamente em organizações multilaterais (UEHARA, 2003, p. 148). Em 1956, após vencer a oposição soviética, o Japão é aceito na ONU.

Nesse ponto é preciso recordar a importância do primeiro-ministro Yoshida que estabeleceu diretrizes para a política externa japonesa no início da década de 1950. Essas diretrizes são conhecidas como a “Doutrina Yoshida” e segundo Alexandre Ratsuo Uehara foi aplicada em um momento de reaparecimento do Japão como força econômica:

Esse período que envolve o milagre econômico japonês, é creditado a política de Yoshida Shigueru, o primeiro a desempenhar um papel de importância como primeiro-ministro do Japão no período do pós-guerra, ao canalizar esforços do país para o desenvolvimento econômico. Esse primeiro-ministro descobriu que o Japão não tinha necessidade de se esforçar para garantir sua segurança nacional no sentido tradicional, – via força militar - pois os EUA estavam prontos para isso (UEHARA, 1997, p. 83).

A “Doutrina Yoshida” vai marcar a política externa japonesa até mesmo depois da Guerra Fria. Seus pressupostos eram perfeitamente aplicáveis no momento de sua formulação e o Japão passou a se concentrar no seu desenvolvimento econômico, enquanto a defesa e, até mesmo sua diplomacia, ficaram mais dependentes dos EUA.

A recuperação econômica do Japão era, de fato, baseada em mecanismos de proteção do mercado doméstico. Contudo, ainda que isso não fosse bem visto pelos demais países, o Japão consegue, em 1964, ingressar na OECD (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento) (UEHARA, 2003, p. 149). Esse ingresso foi um reconhecimento internacional do Japão como um país desenvolvido e industrializado, além de estreitar as relações com a Europa.

Esse desenvolvimento econômico contínuo durante o período pós-guerra foi conhecido como o “milagre japonês”. Já em 1968 o Japão ocupava o posto de terceira maior economia mundial, atrás apenas dos EUA e da União Soviética (UEHARA, 2003, p. 85). Todas essas conquistas foram lastreadas pela “Doutrina Yoshida” que focada no desenvolvimento

econômico levou um país destruído pela guerra a conquistar em cerca de vinte anos o *status* de potência econômica.

Na medida em que o Japão se recuperava com sucesso, as nações ocidentais começaram a questionar o fato de um país forte economicamente não participar mais ativamente dos encargos internacionais para a manutenção da paz e da estabilidade. A separação entre assuntos econômicos e estratégicos começou a ser questionada pelos países desenvolvidos na medida em que notava-se que o Japão adotava uma política de apoio financeiro em troca de um fortalecimento de sua posição estratégica.

Não se notava no Japão um interesse real em participar mais ativamente nas questões políticas. Tóquio insistia em separar assuntos políticos dos econômicos e mantinha uma diplomacia multilateral firmando acordos e procurando sempre normalizar relações para afastar os fantasmas do passado colonial. Um exemplo notório foi o restabelecimento de relações com a Coreia do Sul em 1968 e com a China em 1972 (BEASLEY, 1999, p. 201).

Na Ásia a busca pela liderança econômica foi clara e na década de 1980 o Japão dividia com os EUA o lugar de maior contribuinte para os Bancos de Desenvolvimento da região. O Banco Asiático de Desenvolvimento foi o maior exemplo nesse sentido, criado em 1964 esse Banco se estabeleceu como um local de liderança nipônica regional. Esse fomento ao desenvolvimento regional foi a base da política de ajuda externa do Japão e, obviamente, também decorre do fato de que o Japão pretendia estabelecer uma esfera de maior confiança em um ambiente onde países como China e Coreia do Sul ainda viam o Japão com receio pelo seu passado militarista (UEHARA, 2003, p. 87).

A opção por investimentos nas economias vizinhas seria, desta forma, um instrumento minimizador de hostilidades. O medo de participar mais ativamente de questões políticas também servia para não prejudicar as relações com os vizinhos na Ásia Oriental, mas até quando a “Doutrina

Yoshida” serviria ao Japão? Até quando uma economia forte como a japonesa poderia permanecer separada da política?

Os acontecimentos internacionais no início da década de 1970 forçaram o Japão a dar respostas a essas perguntas. E, de fato, houve uma mudança na política externa em direção a uma maior flexibilidade. O primeiro acontecimento foi a quebra do padrão ouro, marcando o fim do sistema de Bretton Woods que mantinha o iene desvalorizado para ajudar às exportações japonesas. Tão logo se deu a mudança, o iene foi pressionado e a valorização ocorreu.

Dois anos mais tarde o mundo quase entrou em colapso quando os países árabes exportadores de petróleo anunciaram a elevação do valor do barril de U\$ 3,00 para U\$5,00, seguido por um anúncio de embargo total contra os EUA e corte em boa parte das exportações para os países industrializados como o Japão. Essas medidas afetaram fortemente a economia japonesa que, até então, detinha altas taxas de crescimento.

A saída de uma situação dessa envergadura requeria do Japão uma atuação firme com a qual os postulados da “Doutrina Yoshida” seriam contraprodutivos. Em outras palavras, o padrão reativo a confinado basicamente a Ásia da política externa japonesa foi alterado por ocasião da crise energética da década de 1970. O Japão buscou uma diversificação de suas relações com nações de outros continentes transformando sua política externa mais multilateral (UEHARA, 2003, p. 92).

O G-7, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália e Japão, foi criado nessa época para se discutir meios de sair da crise gerada pelos cortes do fornecimento de petróleo (GALBRAITH, 1989, p. 243). O Japão seguiu seu caminho de mudança na política externa e conseguiu resultados positivos ao se aproximar mais dos países do Oriente Médio.

Essa nova postura do Japão em buscar relacionamentos mais amplos foi bem sucedida, como no caso da política exterior para o Oriente Médio, que contornou a situação de forma favorável para o Japão de forma mais

rápida do que para os demais países envolvidos. No caso específico da crise do Petróleo, a política externa japonesa para os países do Oriente Médio produtores de petróleo foi a de organizar projetos conjuntos de desenvolvimento tecnológico. Deste modo, os países produtores de petróleo se tornariam mais dependentes do *know-how* japonês (VOGEL, 1980, p. 35).

Outras conquistas como a normalização das relações sino-japonesas em 1972 e um significativo aumento da ajuda externa para o Sudeste Asiático foram importantes para os novos rumos que a política externa desejava tomar.<sup>3</sup> A administração de Fukuda Takeo (1976-1978) gerou uma nova doutrina que orientava o Japão para relações cada vez mais próximas de seus vizinhos. Fukuda Takeo pretendia assumir um papel de liderança, mas dentro de um conceito novo de liderança, mais distante de uma liderança baseada em poder militar e mais próxima de uma liderança baseada no poder econômico e moral. Essa postura do primeiro-ministro Fukuda não era em vão, pois havia uma certeza quanto à dificuldade de se manter uma separação entre assuntos econômicos e políticos.

A busca por um novo papel internacional fez o Japão adotar a política conhecida como *Comprehensive Security* ou segurança abrangente como será visto adiante. A política visava a adoção de medidas mais claras e objetivas nos assuntos de segurança que, por sua natureza, deveriam ser mais abrangentes a valorizar mais suas conexões com os assuntos político-diplomáticos (UEHARA, 2003, p. 97).

Apesar dos esforços em atuar de maneira mais ativa na Ásia Oriental fornecendo ajuda externa e atuando como mediador nos conflitos indochineses, o Japão não conseguiu fazer essa maior presença em assuntos políticos algo mais real. A retórica foi maior e a indiferença de muitos países da região continuou grande com relação a postura japonesa.

Na década de 1980 eventos como a disputa comercial entre EUA e Japão e pela controvérsia gerada pelos acordos envolvendo o programa

---

<sup>3</sup> No início da década de 1970, dois terços dos recursos do programa de ajuda externa japonesa eram destinados à região da Ásia Pacífico. (SAITÔ apud UEHARA, 2003: 93)

FSX.<sup>4</sup> Em ambos os eventos houve a percepção por parte dos norte-americanos que os japoneses deveriam contribuir com mais do que ajuda financeira para os encargos da estabilidade mundial. Alexandre Uehara (2003, p. 79) apontou esse período como o de “maturidade política nos encontros internacionais” onde Nakasone Yasuhiro assumiu o cargo de primeiro-ministro dando, enfim, uma atuação mais firme ao Japão no sistema internacional, menos retórica e mais afirmativa, baseada em reformas internas para definir mais claramente o papel do Japão no mundo:

Nakasone (1982-1987) foi uma personalidade singular da política japonesa. Com carisma e habilidade ao discursar, ele utilizou seus dotes para explorar os meios de comunicação em massa (rádio e televisão) para construir seu apoio junto a população japonesa. No campo internacional, também foi diferente dos primeiros-ministros anteriores, procurando sempre atuar de forma ativa nos encontros internacionais (UEHARA, 2003, p. 100).

O governo de Nakasone assumiu a responsabilidade geopolítica do país e marcou a política japonesa ao ser o primeiro a se afastar da “Doutrina Yoshida”. O seu *slogan* principal era “Japão Forte” (PYLE apud UEHARA, 2003, p. 100) e através dele, segundo Kenneth B. Pyle, pretendia dar ao Japão o seu “devido lugar” novamente. Nakasone queria o Japão “(...) *participando de sua própria defesa, com suas próprias metas e objetivos, e com instituições reformadas e próprias para um papel de líder global*” (PYLE apud UEHARA, 2003, p. 100).

As aspirações de Nakasone também compreendiam a liderança tecnológica que, mais tarde, conduziria a uma liderança política. A base para essa liderança política é o conceito de “Estado Normal” (HUGHES, 2003) que detém autonomia em seus assuntos de segurança e externos. As resistências dentro do PLD (Partido Liberal Democrático), partido de Nakasone e dominante no Japão, atrapalharam muitas destas aspirações.

De modo geral, as relações com os EUA durante a administração Nakasone se mantiveram com a mesma importância de sempre. Contudo, o Japão conquistou mais benefícios na área de segurança quando Nakasone

---

<sup>4</sup> FSX: programa para produção de caça de superioridade aérea japonês. As disputas comerciais são mais amplas, mas no tema da segurança internacional o programa FSX foi especialmente controverso, uma vez que demonstrou o potencial japonês na área da tecnologia militar.

envolveu o país no projeto Guerra nas Estrelas do presidente norte-americano Ronald Reagan. Além disso, foi o primeiro a superar o limite de 1% nos gastos militares japoneses.

As realizações econômicas, mais uma vez, acompanharam o Japão nesse período. A economia japonesa cresceu rapidamente e já no início da década de 1980 demonstrava que estava livre dos problemas causados pela limitação do fornecimento de petróleo. Durante essa década o Japão superou os EUA no setor bancário, tecnológico de manufaturas e como país credor (TAVARES, 1996, p. 1).

Em 1985 o Japão tinha um superávit comercial considerável com os EUA e o governo Reagan estava decidido a equilibrar essa situação. Para tanto, foi assinado o Acordo Plaza de 1985,<sup>5</sup> pelo qual haveria uma nova valorização do iene frente ao dólar. A finalidade era reduzir o déficit na balança comercial norte-americana e tornar mais baratos os produtos norte-americanos para o consumidor japonês.

No entanto, o Acordo Plaza não foi tão bom para os EUA, o tão falado “enquadramento” do Japão não ocorreu por pressão dos acordos e só se deu anos mais tarde por vontade própria do governo japonês ao limitar seu crescimento econômico. A situação permaneceu praticamente a mesma, pois segundo Alexandre Ratsuo Uehara (2003, p. 104-105):

O Acordo Plaza [...] não produziu um resultado esperado. Houve um aumento das exportações dos EUA para o Japão por causa da desvalorização da moeda japonesa conforme predicavam os manuais de economia, mas as suas importações não decresceram, ao contrário subiram.

O Japão, um país conhecido por sua carência de recursos, pode, depois desse acordo, importar com mais facilidade, já que o iene foi valorizado. A economia japonesa só conheceria problemas no início dos anos 1990 e os problemas não parariam na esfera econômica, pois a demanda por uma maior presença japonesa nas questões de segurança internacional só aumentaram.

---

<sup>5</sup> Texto do Acordo disponível em: <<http://www.aae.wisc.edu/aae319/319week7/sld020.htm>>

Apesar da resistência da população japonesa em assumir um papel maior nesses assuntos, o legado de Nakasone e a fragmentação das ameaças fariam do fim da Guerra Fria um período dramático para a política externa japonesa. A “Doutrina Yoshida” e sua orientação estritamente econômica mostrar-se-ia inadequada, bem como as limitações impostas pela constituição japonesa. Essas e outras limitações teriam que ser enfrentadas.